úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* processo de recrutamento de médico, habilitado com a especialidade de medicina legal, que concluiu o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal deste Instituto, previsto e não ocupado, na categoria de assistente, para exercer atividade na Delegação do Sul do INMLCF, I. P.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de medicina legal, que concluíram o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., em vaga protocolada.

3 — Métodos de seleção: Resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho diretivo do INMLCF, I. P., podendo ser entregue diretamente na sede do Instituto, sita no Largo da Sé Nova, 3000-213 Coimbra, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetida por correio, com aviso de receção, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentada dentro do prazo se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo fixado neste aviso.

4.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número, e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);

b) Pedido para ser admitido ao concurso.

4.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão comprovativa da posse do grau de especialista, com a especialidade de medicina legal, obtido na 1.ª época de 2012.

5 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: a referida lista será afixada nas instalações da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

6 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Manuel Matias da Costa Santos, diretor da Delegação do Sul do INMLCF, I. P.

Vogais efetivos:

Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça, diretora do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Sul do INMLCF, I. P.

Dr. Frederico Manuel Capitão Pedrosa, assistente graduado de medicina legal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Anabela Pereira Neves, assistente de medicina legal.

Dr. Oleksandr Saychuk, assistente de medicina legal.

6.1 — O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo.

22 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487489

Aviso n.º 14693/2012

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro e do Despacho n.º 2823/2006, de 20 de janeiro de 2006, publicado no DR, 2.ª série, n.º 26 de 6 de fevereiro, e por força do disposto no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de janeiro, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.) em sessão de 16 de outubro de 2012, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* processo de recrutamento de médico, habilitado com a especialidade de medicina legal, que concluiu o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado do mapa de pessoal deste Instituto, na categoria de assistente, para exercer atividade no Gabinete Médico Legal de Braga.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de medicina legal, que concluíram o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., frequentado em vaga protocolada.

3 — Métodos de seleção: Resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do INMLCF, I. P., podendo ser entregue diretamente na Sede do Instituto, sita no Largo da Sé Nova, 3000-213 Coimbra, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetida por correio, com aviso de receção, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentada dentro do prazo se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo fixado neste aviso.

4.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número, e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal e telefone)

b) Pedido para ser admitido ao concurso

4.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão comprovativa da posse do grau de especialista, com a especialidade de medicina legal, obtido na 1.ª época de 2012.

5 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: a referida lista será afixada nas instalações da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

6 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Agostinho José Carvalho dos Santos, diretor do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Norte do INMLCF, I. P.

Vogais efetivos:

Dr.ª Maria Fernanda Coutinho Rodrigues, diretora do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Norte do INMLCF, I. P.

Dr.ª Maria Cristina Alves da Silveira Ribeiro, chefe de serviço de medicina legal

Vogais suplentes:

Dr.ª Ana Clara da Silva Gomes Grams, chefe de serviço de medicina legal

Dr.ª Sofia Manuela Lalanda Maia Frazão, assistente de medicina legal

6.1 — O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo.

22 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487618

Aviso n.º 14694/2012

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro e do Despacho n.º 2823/2006, de 20 de janeiro de 2006, publicado no DR, 2.ª série, n.º 26 de 6 de fevereiro, e por força do disposto no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de janeiro, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.) em sessão de 16 de outubro de 2012, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* processo de recrutamento de médico, habilitado com a especialidade de medicina legal, que concluiu o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal deste Instituto, previsto e não ocupado, na categoria de assistente, para exercer atividade no Gabinete Médico Legal de Leiria.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de medicina legal, que concluíram o respetivo internato médico na 1.ª época de 2012, no INMLCF, I. P., frequentado em vaga protocolada.

3 — Métodos de seleção: Resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do INMLCF, I. P., podendo ser entregue diretamente na Sede do Instituto, sita no Largo da Sé Nova, 3000-213 Coimbra, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetida por correio, com aviso de receção, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentada dentro do prazo se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo fixado neste aviso.

4.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número, e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal e telefone)

b) Pedido para ser admitido ao concurso

4.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão comprovativa da posse do grau de especialista, com a especialidade de medicina legal, obtido na 1.ª época de 2012.

5 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: a referida lista será afixada nas instalações da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

6 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Cristina Maria Gomes Cordeiro, assistente de medicina legal

Vogais efetivos:

Dr.ª Natividade do Rosário Vale Caveiro Lemos da Silva, assistente de medicina legal

Dr.ª Susana Pereira da Silva Tavares, assistente de medicina legal

Vogais suplentes:

Dr. José Jerónimo Fonte Santa Silva, assistente de medicina legal

Dr.ª Cláudia Maria Batanete Frade Marques, assistente de medicina legal

6.1 — O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo.

22 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487391

Deliberação (extrato) n.º 1538/2012

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., (INMLCF, I. P.) em sessão de 6 de setembro de 2012:

Dr. José Luís Martins Ferreira Alves, assistente graduado de medicina legal do mapa de pessoal do INMLCF, I. P. — nos termos do disposto na alínea *d*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que lhe foi autorizada, a seu pedido, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 286.º, n.º 1 e 287.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 5 de setembro de 2012. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487634

Despacho (extrato) n.º 14238/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2088, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e, ainda, com o n.º 1 da cláusula 6.º do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, torna-se público que Maria da Luz Dias Pinto da Costa Passos, com a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

18 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206487626

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 14695/2012

Nos termos e para o efeito do disposto nos artigos 57.º e 58.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, notifica-se Ana Paula Beirão Torrado Romero, Assistente Operacional do mapa de pessoal da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, arguida no processo disciplinar autuado nos serviços centrais do Instituto dos Registos e do Notariado, IRN, I. P., sob o n.º 66 RP 2012/SAID (Com apensação do P 8 RP 2012), de que por despacho do Presidente deste Instituto, com data de 02/10/2012, lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão, nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 58/2008 de 9 de setembro e n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, prevista no artigo 9.º n.º 1 alínea *d*), caracterizada no artigo 10.º, n.º 5, aplicável nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e com os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 11.º, todos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas aprovado pela referida Lei n.º 58/2008.

Mais se avisa que o referido despacho é suscetível de recurso tutelar para S. Ex.ª a Ministra da Justiça, a interpor no prazo de quinze dias a contar da publicação do presente aviso.

24 de outubro de 2012. — O Vice-Presidente, *José Ascenso Nunes da Maia*.

206489254

Aviso (extrato) n.º 14696/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do meu despacho de 28.09.2012, foi aplicada à trabalhadora Sandra Maria Fonseca Ferreira, segunda ajudante do mapa de pessoal da Conservatória do Registo Comercial e de Automóveis de Braga, a pena disciplinar de demissão, com efeitos a partir de 10.10.2012. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de outubro de 2012. — O Presidente, *António Luís Pereira Figueiredo.*

206489376

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 14697/2012

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções no período compreendido entre 1 e 30 de setembro de 2012:

Por motivo de aposentação:

Maria da Conceição Bruno Mota, Coordenadora de Investigação Criminal, Escalão 1, em 01-09-2012;

João Fernando da Costa Morgado, Inspetor, Escalão 9, em 01-09-2012;

José Manuel Fernandes de Amorim, Inspetor, Escalão 9, em 01-09-2012;

Maria Carla Granier Franco Ferreira, Inspetora, Escalão 7, em 01-09-2012;

Fernando Carlos Varela de Quadros Figueiredo, Especialista Auxiliar, Escalão 7, em 01-09-2012;

João Carlos Freitas Martins de Nóbrega, Segurança, Escalão 9, em 01-09-2012;

Natalina da Conceição Roupeta, Assistente Operacional, 2.ª Posição Remuneratória, em 06-09-2012;

Por falecimento:

José Manuel Ferreira da Cruz, Especialista Auxiliar, Escalão 9, em 19-09-2012.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

25 de outubro de 2012. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

206486905

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 14698/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-